

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001668-18.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Poliana Marques da Silva**
 Requerido: **Brasil Telecom S A e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

POLIANA MARQUES DA SILVA ajuizou **AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO c.c. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **OI S/A e EASYCOB-N**, todas devidamente qualificadas.

A requerente alega nos meses de dezembro de 2014 e fevereiro de 2015 recebeu cartas de cobrança referindo uma cessão de crédito firmada entre as rés. Referido débito já foi declarado inexigível nos autos do processo nº 0003790-55.2014.8.26.0566 que tramitou perante o JEC desta comarca de São Carlos/SP com sentença em 02/06/2014, e acórdão transitado em julgado em 26/01/2015. Requereu a declaração de inexigibilidade do crédito e condenação das requeridas solidariamente ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 12/30.

Devidamente citada a requerida **OI S/A** apresentou contestação alegando que o objeto da presente ação refere-se a linha de número (16) 99204 – 3654 contratada pela requerente, que não negativou o nome da autora. Requereu a improcedência da ação por falta de provas, caso contrário, que seja a decisão pautada nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citada a correquerida EASYCOB – CONSULTORIA, TREINAMENTO E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. apresentou contestação alegando sua ilegitimidade passiva, pois jamais foi detentora de qualquer crédito que tenha tentado cobrar da autora.

Sobreveio réplica às fls. 112/118.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 122. A autora e a correquerida “OI S/A” informaram não haver mais provas a produzir e requereram o julgamento antecipado da lide à fls. 128. e 129; a correquerida EASYCOB não se manifestou.

É relatório.

DECIDO.

As cartas de cobrança foram encaminhadas à autora pela EASYCOB (2) e pela TNL PCS (1) a pedido da “OI”.

A respeito confira-se fls. 16, 29 e 30.

Nisso reside o interesse das sobreditas empresas em ocupar o polo passivo.

Passo à análise do mérito.

As cobranças já referidas foram encaminhadas à autora em 2013 e 2015 referindo um débito de outubro de 2010.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A correquerida OI S/A veio aos autos para confessar que a expedição das cobranças foi devido a ocorrência de “falha sistêmica” (a respeito confira-se fls. 39, primeiro parágrafo).

Outrossim, na demanda que correu no JEC local (nº 0003790-55.2014) o referido débito de R\$ 278,19 (o mesmo apontado nos documentos referidos) foi declarado inexigível, já que quitado pela autora (v. fls. 23, parágrafo 1º).

E mesmo diante da declaração de inexigibilidade do débito pelo Juizado Especial Cível (cf. fls. 22/27), a requerida “OI” continuou a encaminhar cobranças ao endereço da autora, valendo-se de empresas de cobrança, e pior permitiu que o apontamento continuasse gerando no sistema pendências, como podemos notar a fls. 19 (a consulta foi feita em 04/02/14...).

Assim, a responsabilidade das postuladas é evidente.

No caso, a responsabilidade é obviamente objetiva; pouco (ou nada) interessa se agiram ou não com culpa.

Nessas hipóteses mister que estejam presentes o dano, o nexo e o serviço falho.

A atuação falha das rés também me parece evidente; no mínimo, antes de promover a cobrança deveriam ter verificado a efetiva mora.

Faz jus à autora, então, à declaração da inexistência do débito cobrado às fls. 29/30.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo à análise dos danos morais.

Em hipóteses como a examinada, o dano moral (que é decorrente de indevida manutenção da negativação) se verifica *in re ipsa*.

A reparação, em casos como o examinado tem a grosso modo, dupla finalidade: **admonitória**, para que a prática do ato abusivo não se repita e **compensatória**, trazendo à vítima algum conforto econômico pelas agruras experimentados ao longo do penoso processo.

Nesse sentido Resp. 203.755/MS, DJ de 21/06/99 e Resp. 234.481/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito.

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Assim, e utilizando esse referido “critério prudencial” que tem norteado decisões proferidas em casos análogos da Vara, e somando-se ao fato de que houve descumprimento de determinação judicial anterior, arbitro a indenização a ser paga pelas rés em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Isso posto, e pelo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para o fim de DECLARAR A INEXIGIBILIDADE dos débitos mencionados às fls. 29/30, referente ao contrato nº 11558789.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Outrossim, **condeno as requeridas**, OI S/A e EASYCOB-N, **a pagar à autora**, POLIANA MARQUES DA SILVA, a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção e juros de mora a contar da publicação da presente.

Sucumbentes, arcarão as requeridas com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo por equidade em 15% do valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 07 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**